



PENGUIN



CLÁSSICOS

**GEORGE ORWELL**

**MATAR UM ELEFANTE  
E OUTROS ENSAIOS**



GEORGE ORWELL nasceu em 1903 na Índia, com o nome de Eric Arthur Blair, tendo-se mudado com a família para Inglaterra no ano seguinte. Entre 1922 e 1927, foi oficial da Polícia Imperial Indiana na Birmânia, experiência que terá sido a inspiração para o seu primeiro romance, *Dias Birmaneses*, que viria a publicar em 1934. Antes de regressar a Inglaterra, viveu ainda em Paris, anos que retratou no seu livro *Na Penúria em Paris e Londres*, dado ao prelo em 1933. O seu ativismo político em prol da democracia e da liberdade levou-o a juntar-se ao exército republicano na Guerra Civil Espanhola, conflito onde foi gravemente ferido e que motivou o relato lúcido e assombroso da sua participação na frente deste combate em *Homenagem à Catalunha*. O reconhecimento internacional da sua obra literária chegaria em 1945 com a publicação de *A Quinta dos Animais* e, em 1949, com *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, considerados, hoje, dois dos textos mais relevantes e influentes do século xx. Orwell morreu em Londres, em 1950, vítima de tuberculose.

GUILHERME PIRES trabalha no mundo dos livros desde 2008. É tradutor, editor e revisor de texto, coordenador de projetos editoriais e autor. Foi editor da *Elsinore*. Faz parte da Caixa Alta — Oficina Editorial, coletivo que fundou com Madalena Caramona e Nuno Quintas. Traduziu obras de, entre outros, Silvina Ocampo, Eduardo Galeano, Mary Shelley, George Orwell, Aurora Venturini, Marina Perezagua, Juan Gabriel Vásquez, Benjamin Labatut, Samanta Schweblin, Layla Martínez, Ariana Harwicz e Frederick Douglass. É autor de *O Homem Infinito*, biografia do artista e arquiteto Nadir Afonso, e de *Histórias Daninhas*, coleção de microficcões.

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

Hoje Foi Ontem Será Amanhã vii

### MATAR UM ELEFANTE E OUTROS ENSAIOS

Um Enforcamento [agosto de 1931] 3

Matar Um Elefante [outono de 1936] 15

Literatura e Totalitarismo [junho de 1941] 31

Notas sobre o Nacionalismo [maio de 1945] 41

A Vingança É Amarga [novembro de 1945] 79

Livros *vs.* Cigarros [fevereiro de 1946] 89

A Política e a Língua Inglesa [abril de 1946] 99

Alguns Pensamentos sobre o Sapo-Comum  
[abril de 1946] 127

Porque Escrevo [verão de 1946] 137

NOTAS 153

## INTRODUÇÃO

Hoje foi ontem será amanhã

O sapo-comum, *Bufo bufo*, emerge algures na primavera, geralmente após as primeiras chuvas cálidas. Ao olhar para baixo, para as aparentes insignificâncias, George Orwell reparou neste pormenor, como em muitos outros. Reparou na tonalidade precisa da pele do animal e no brilho dos seus olhos: «Parecem feitos de ouro, ou, mais exatamente, da pedra dourada semipreciosa que vemos por vezes nos anéis de sinete e que, segundo creio, se chama crisoberilo.» Reparou no seu rastejar desajeitado, na sua indiferença à presença humana, a menos que diretamente ameaçado, na sua pura e teimosa persistência perante um mundo aparentemente concebido para o esmagar. Este ato de observar o mundo tangível, físico, foi talvez o ponto de partida para Orwell, a âncora necessária contra as abstrações tempestuosas e miasmáticas que passaria a vida a dissecar e a denunciar. O sapo existe.

O seu reaparecimento é um facto cíclico, independente das ideologias políticas ou das frases feitas que possam jorrar da boca do poder. É um fragmento resiliente do mundo objetivo que Orwell temia estar a desaparecer, a ser deliberadamente carcomido. Neste volume, que inclui nove dos seus principais ensaios, publicados entre 1931 e 1946 — desde o início do seu período mais fértil enquanto escritor até muito perto da sua morte —, encontramos esse contraste vívido e quase paradoxal, porém lógico, entre o deslumbramento perante a renovação perene da natureza e a revolta contra a degradação da política, da linguagem e da sociedade do ser humano.

Nascido Eric Arthur Blair, em 1903, em Motihari, Bengala, na Índia Britânica, Orwell cedo mergulhou nas engrenagens do poder e nas hipocrisias que lhe são inerentes. A sua família, pertencente ao que mais tarde designou por «classe média-alta-baixa», exibia os comportamentos da elite dominante sem a riqueza correspondente, posição precária da qual brotou um estado de perpétua ansiedade social que indubitavelmente aguçou a consciência do jovem Eric sobre as diferenças de classe, o desempenho social e a vacuidade da dissimulação.

A sua mãe, Ida Mabel Limouzin Blair, mulher de ascendência francesa, levou-o e à sua irmã mais velha, Marjorie, de volta para os climas mais verdejantes e chuvosos de Inglaterra quando ele tinha apenas um ano de

idade, na procura de uma educação e formação inglesas. O pai, Richard Blair, figura distante, permaneceu na Índia para cumprir os seus deveres profissionais, visitando-os apenas brevemente antes de se reformar, em 1912. Este regresso a Inglaterra proporcionou a Orwell oportunidade de estudar na escola preparatória de St. Cyprian, em Eastbourne, na costa do Sussex, com recurso a uma bolsa de estudo, quando tinha oito anos. Tal estatuto de bolseiro distinguiu-o de imediato, marcando-o como «não pertencente» à coorte dos privilegiados. Em St. Cyprian, evidenciou-se pelo temperamento invulgar e a inteligência, o que resultou tanto na pressão e ofensa de outros alunos, que o ridicularizavam e humilhavam, como na posterior obtenção de uma nova bolsa de estudo para uma das principais escolas inglesas, Eton. Este período, relatado anos mais tarde com pungente amargura no ensaio «Tamanhas Eram as Alegrias», publicado após a sua morte, foi um cadinho de adversidades. O texto, não incluído neste volume, expõe as origens da sua sensibilidade perene à humilhação, à desigualdade e ao exercício despótico da autoridade. Foi nos corredores frios e nos campos de jogos dessa escola que germinaram as sementes da sua intensa rebelião contra a ordem estabelecida e as figuras de poder.

Estudaria depois na Eton College, lendário viveiro da elite inglesa, entre 1917 a 1921. Essa escola providenciou-lhe uma atmosfera intelectualmente mais tolerante

e menos brutal do que St. Cyprian, mas as ideias e a escassa motivação de Orwell para tais ambientes acadêmicos não mudaram. Em Eton, viam-no como um aluno inteligente, mas desmotivado pelas medidas convencionais do êxito, preferindo mergulhar na literatura e cultivar as suas ideias políticas a disputar a glória acadêmica ou atlética. Neste período, devorou as obras dos principais pensadores socialistas, pôs em causa os pressupostos inquestionáveis do império e aprofundou o seu cinismo em relação à autoridade. Em vez de o integrar na elite, Eton serviu para confirmar o seu estatuto de alguém simultaneamente intruso e estranho a tais grupos, e permitiu-lhe desenvolver a perspectiva crítica que se tornaria o traço distintivo da sua obra. Ao se movimentar nas complexas hierarquias destas instituições prestigiadas a partir de uma posição de inferioridade social evidente, Orwell começou a conceber uma crítica valiosa, conquanto desconfortável, erguida a partir de dentro, do próprio sistema de classes, à qual dedicaria grande parte dos seus escritos.

Desde jovem, portanto, Orwell considerou o ambiente acadêmico deprimente e opressivo. Não prosseguiria os estudos no ensino superior. A sombra do Império Britânico pairava sobre ele, imponente, e tornou-se o meio ao qual escolheu regressar, talvez por inércia, seguindo uma linhagem familiar de administradores coloniais

e escravagistas, talvez por falta de melhores opções ou por desejo de encarar a besta olhos nos olhos, quando ingressou na Polícia Imperial Indiana na Birmânia, então uma província da Índia Britânica. Os cinco anos que passou na Birmânia, de 1922 a 1927, como superintendente-adjunto da polícia, foram profundamente formativos, sendo indiscutivelmente os alicerces sobre os quais ergueu o ensaísta político e romancista que viria a ser. Ali, observou as entranhas do poder totalitário: as crueldades banais, a ordem imposta, o fardo psicológico que entorpecia tanto o colonizador como o colonizado.

Tais anos revelar-se-iam um período de profunda e angustiada desilusão. Orwell viu-se lançado no papel de executor de um aparelho imperial que passou a desprezar, considerando-o injusto e moralmente corrosivo. Testemunhou, dia após dia, a desumanização casual inerente ao poder colonial: o racismo enraizado, as pequenas tiranias, o vasto e intransponível abismo entre governante e governado. Esta realidade desconfortável deixou-o preso entre as obrigações do seu uniforme e a sua empatia crescente pelo povo birmanês, descontente e irado sob o domínio britânico. Ali, sentiu a vergonha crescente de ser parte ativa no sistema e a alienação crescente dos seus colegas funcionários coloniais; contudo, a sua identidade como inglês e a cor da pele impediam a intimidade genuína com a população local.

A experiência emerge de forma mais direta e poderosa em dois dos seus ensaios mais reputados: «Um Enforcamento» (de 1931) e «Matar Um Elefante» (de 1936). Estes não são relatos abstratos, mas sim viscerais, narrativos, imbuídos da singularidade do pormenor observado, a mesma atenção que Orwell mais tarde dedicaria ao sapo-comum. Poder-se-ia argumentar que em «Um Enforcamento» o momento crucial não é a execução em si, mas o momento em que o condenado se desvia para evitar uma poça de água a caminho da forca. Escreve Orwell:

É curioso, mas até àquele momento nunca me tinha apercebido do que significa destruir um homem saudável e consciente. Quando vi o prisioneiro dar um passo para o lado e evitar a poça, vi o mistério, a indizível perversidade, de ceifar uma vida na sua plenitude.

O horror abstrato da pena capital cristaliza-se numa realidade insuportável através de uma única e quotidiana ação física naquele contexto. O condenado, reduzido a um papel funcional na sua própria morte, ainda possui o instinto de vida, a pequena consciência de evitar o desconforto. É esta humanidade irredutível, vislumbrada no mais insignificante gesto, que põe a pedra nas engrenagens

da morte erguidas e operadas pelo colonizador. O clique da alavanca da força, o corpo pendurado — eis o efeito do poder despótico e as suas brutais consequências. Mas o verdadeiro horror cristaliza-se naquele pequeno e instintivo passo ao lado do homem que caminhava para a morte. Depois desse momento, surge no ensaio uma espécie de alívio, a camaradagem e os risos inapropriados e abjetos dos colonizadores, após a concretização de um dever partilhado e desagradável. O episódio, como a poça, torna-se uma minúscula fenda que revela uma paisagem vasta e inquietante: a fria maquinação do poder estatal, a desumanização do indivíduo e a fina membrana que separa o carrasco do executado.

«Matar Um Elefante» exhibe a mesma realidade em plano aberto, embora igualmente pessoal. Aqui, Orwell (ou o seu narrador, sendo a distinção frequentemente esbatida nos seus ensaios narrativos autobiográficos) vê-se forçado pelas expectativas da multidão nativa a abater um elefante de trabalho que se havia enfurecido e assassinara um homem, e que entretanto se acalmara. Ele não quer abatê-lo; reconhece o valor financeiro e laboral do elefante, a maravilha da sua natureza e o desperdício de o matar. No entanto, a intensa pressão da multidão, os milhares de olhos que o observam e o seu estatuto de *sahib* branco de quem se espera que desempenhe o papel de autoridade decisiva empurram-no para o ato.

Ali estava eu, um homem branco com a sua arma, diante da multidão nativa e desarmada, aparentemente o ator principal daquela cena; mas, na verdade, eu era apenas a absurda marioneta empurrada para cá e para lá pela vontade daqueles rostos amarelos.

O ensaio é uma crítica devastadora ao imperialismo, não apenas pelos efeitos sobre os colonizados, mas pelo modo como corrompe e desumaniza o colonizador, aprisionando-o num papel performativo que se sobrepõe ao julgamento pessoal e à moral. A morte lenta e aflitiva do elefante torna-se metáfora da natureza atroz, destrutiva e, em última análise, frívola do poder imperial. No fim, o narrador é imbuído de um terrível alívio, seguido da vácuca autojustificação de que o homem assassinado justificava a morte do animal. Mas a verdade central não se desvanece: o que motivou aquele ato foi o medo do ridículo. Eis o império revelado, não como um passo confiante da civilização, mas enquanto o nervoso arrastar de pés de um homem aterrorizado pelo riso e a humilhação, um sistema construído sobre a manutenção das aparências à custa da integridade, degradando todos os envolvidos. O ar em Moulmein, tal como Orwell o descreve, está denso de palavras não ditas, venenos que se infiltram na alma. É a experiência de se ser simultaneamente poderoso

e impotente, forçado a agir contra o bom senso, para manter a fachada do poder.

Estes dois ensaios apresentam na perfeição as qualidades que definiriam a prosa de Orwell: um compromisso inabalável com a clareza e a precisão, uma honestidade rigorosa enraizada na observação pessoal e um profundo envolvimento com as dimensões éticas do poder político. Tal compreensão da dinâmica do poder — o modo como os sistemas levam os indivíduos a agir contra a sua consciência, o fosso entre o desempenho público e o sentimento privado, as corrupções inerentes ao exercício descontrolado da autoridade — ressoa por toda a sua obra posterior sobre o totalitarismo, tanto a ficcional como a não-ficcional. A Birmânia forneceu os dados empíricos para teorias que Orwell depuraria em Londres, Paris e Espanha.

A transição de polícia colonial para escritor em dificuldades envolveu uma imersão deliberada nas vidas dos oprimidos e empobrecidos, narrada no livro de memórias *Na Penúria em Paris e em Londres*, a sua primeira obra de grande fôlego, publicada em 1933. Tendo virado decisivamente as costas aos trilhos da opressão colonial, Orwell regressou a Inglaterra, não para abraçar o conforto da sua putativa classe, mas para embarcar numa forma surpreendentemente não convencional de exploração da sociedade. Motivado, talvez, por uma curiosidade

intelectual sobre as vidas recônditas dos seres humanos, ou eventualmente impelido por uma necessidade mais profunda de expiar a sua cumplicidade no sistema imperial que renunciara, optou por entrar de modo intencional no mundo dos pobres e marginalizados. Entre 1928 e 1932, Orwell viveu longos períodos entre os verdadeiramente necessitados, em alojamentos para sem-abrigo, nos becos do East End de Londres e nos bairros menos salubres de Paris. Adotou conscientemente o disfarce e a realidade de um vagabundo, vestindo roupas puídas, suportando a miséria infestada de pulgas e piolhos dos abrigos comunitários e sobrevivendo com trabalho precário — lavando pratos como *plongeur* nas entranhas húmidas dos hotéis parisienses, ou realizando o árduo trabalho sazonal da apanha do lúpulo nos campos do Kent.

Não se tratou de mero turismo sociológico: foi um esforço deliberado para observar a pobreza em primeira mão, para compreender as suas texturas, os seus ritmos, o seu fardo psicológico, da perspectiva daqueles que dela não conseguiam sair. No entanto, continua a ser crucial reconhecer que esta foi, para Orwell, uma iniciativa voluntária. Ao contrário daqueles cuja pobreza era incapável, ele manteve a derradeira rede de segurança da sua origem e educação; retirava-se periodicamente para o conforto relativo da casa da família, onde recuperava, refletia e, mais importante que tudo, escrevia.

Foi neste período que Eric Blair concebeu George Orwell, pseudónimo inspirado no santo padroeiro de Inglaterra e no rio Orwell em Suffolk, um dos seus lugares favoritos. Blair adotou o novo nome em parte para proteger e poupar embaraços à família, mas talvez também para criar uma identidade mais alinhada com o discurso claro, depurado e revelador de verdades que estava a cultivar. As suas experiências em trabalhos mal pagos, incluindo um período que passou numa livraria de livros usados, formaram ainda mais a sua perspetiva política e social, afiando a crítica às estruturas de classe e à desigualdade económica, ao mesmo tempo que fomentava um respeito duradouro pela resiliência e a bondade primária que vislumbrava nas pessoas comuns — qualidade frequentemente comparada com a evidente falta de imparcialidade moral dos intelectuais e dos poderosos. Tal simpatia pelo cidadão comum — o sapo talvez seja também uma representação deste estrato — tornou-se marca distintiva da sua obra, mesmo quando Orwell, ironicamente, se transformou num dos intelectuais mais preeminentes do seu tempo, e com toda a probabilidade o escritor inglês mais lido e influente do século xx.

A ascensão do fascismo na Europa e a ameaça próxima de guerra empurraram as convicções políticas de Orwell para a linha da frente. A sua viagem a Espanha em 1936, inicialmente como jornalista para cobrir a Guerra

Civil, depressa se transformou numa participação ativa no conflito. O escritor juntou-se à milícia do Partido Operário de Unificação Marxista, lutando do lado republicano contra os nacionalistas de Franco, e testemunhou outro tipo de tirania, uma que devorava os seus próprios membros, onde o fervor revolucionário azedava e se metamorfoseava em paranoia, purgas e propaganda que remodelavam implacavelmente a realidade. Viu fações reescreverem relatos de batalha, viu desaparecerem, de fotografias e histórias, camaradas inconvenientes, viu os jornais deformarem palavras e ideias para justificar a traição. Aprendeu que a bota que esmaga — perenemente — um rosto humano podia usar tanto a insígnia da esquerda quanto a da direita.

A experiência foi angustiante: Orwell acabou por ser baleado na garganta por um atirador furtivo e quase morreu, ficando com as cordas vocais lesionadas para sempre. Mas talvez ainda mais impactante do que o dano físico tenha sido o encontro direto com os conluios políticos e as guerras de propaganda que grassavam nas sombras das linhas da frente. Como documentou noutro livro de memórias, *Homenagem à Catalunha*, publicado em 1938, naquele período Orwell testemunhou em primeira mão a brutal supressão do Partido Operário de Unificação Marxista pelos comunistas apoiados pelos soviéticos, traição que solidificou o seu antiestalinismo

e a sua profunda desconfiança dos métodos totalitários, independentemente da bandeira ideológica que a mão de ferro possa empunhar. Espanha foi o lugar e o tempo em que os perigos teóricos da manipulação política que Orwell observara na Birmânia e criticara em reflexões de princípio se tornaram assustadoramente reais.

Num ensaio não incluído neste volume, «Looking Back on the Spanish War» [Recordação da Guerra de Espanha], publicado em 1943, o autor apresentaria uma decisiva e formativa reflexão sobre o conflito:

Cedo na vida percebi que nenhum acontecimento se relata corretamente nas páginas de um jornal, mas em Espanha, pela primeira vez, vi relatos de jornais que não tinham qualquer relação com os factos, nem mesmo a relação que surge implícita numa mentira banal. Vi relatos de grandes batalhas onde não houvera combates, e silêncio absoluto quando centenas de pessoas foram mortas. Vi tropas, que haviam lutado corajosamente, denunciadas como cobardes e traidoras, e outras que nunca dispararam um tiro aclamadas como heróis de vitórias imaginárias, e vi jornais em Londres a venderem estas mentiras e intelectuais ávidos a construir superestruturas emocionais a respeito de episódios que nunca aconteceram. Vi, de facto, a História a ser

escrita não em termos do que aconteceu, mas do que deveria ter acontecido segundo as pretensões de várias «linhas partidárias».

Esta educação brutal na fabricação deliberada da realidade tornou-se uma obsessão central de Orwell. A experiência em Espanha demonstrou que a primeira vítima da guerra ideológica moderna era a verdade objetiva. Foi também aqui que o autor descobriu pela primeira vez que a linguagem genuinamente apolítica não existe.

Esta preocupação com a verdade, a linguagem e o poder político surge no ensaio «A Política e a Língua Inglesa», de 1946, talvez um dos seus textos de não-ficção mais conhecidos e estudados, mais lidos e universalmente aplicáveis. Orwell argumenta que a prosa inglesa moderna, em particular a escrita política, está repleta de maus hábitos linguísticos que corrompem o pensamento: metáforas moribundas, bengalas discursivas, dicção pretensiosa, palavras sem sentido, a dependência do jargão e o eufemismo. No ensaio, demonstra como a linguagem vaga e imprecisa se usa, não meramente por preguiça, mas muitas vezes com o intuito deliberado de obscurecer a realidade e defender o indefensável. O uso de palavras ou expressões como «pacificação» na referência a bombardeamento de aldeias, «transferência de população» ou «retificação de fronteiras» em textos sobre limpeza étnica,

ou «eliminação de elementos não confiáveis» quando se escreve sobre assassinios em massa e sem julgamento permitem que se discutam atos horrendos com um confortável distanciamento. A linguagem política, afirma Orwell, «serve para que a mentira se disfarce de verdade e o homicídio pareça respeitável, e para dar uma aparência sólida ao mais puro vento».

Nós, leitores, temos testemunhado esta deformação do significado através da degeneração da linguagem ao longo do final do século xx, e mais recentemente na invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 e na violência e destruição brutais perpetradas por Israel em Gaza em 2024, ambas ainda em curso enquanto escrevo esta introdução. E tais técnicas não medram apenas na comunicação de Estados totalitários. Prosperam em textos publicitários, em declarações de missão das empresas, em memorandos burocráticos e, mais explicitamente, na linguagem quotidiana do debate político e das reportagens jornalísticas. Consideremos alguns eufemismos modernos: «danos colaterais» em vez de «mortes de civis ou inocentes»; «técnicas de interrogatório» em vez de «tortura»; «reestruturação» ou «otimização» em vez de «despedimentos em massa»; «factos alternativos» em vez de «mentiras». Cada uma destas expressões serve para amaciar o impacto, para ofuscar a realidade, para fazer o impensável parecer banal ou mesmo necessário.

A ligação entre esta decadência linguística e a ascensão do totalitarismo, que Orwell explorou no seu ensaio «Literatura e Totalitarismo» (1941), é explícita. Os regimes totalitários, argumentou o escritor, não toleram a honestidade intelectual e a perspetiva individual necessárias para a literatura mais genuína. Exigem conformidade, simplificação e a subordinação da verdade à doutrina partidária. Este ensaio, de par com «A Política e a Língua Inglesa», fornece, talvez, a análise linguística prática que sustenta o horror ficcional da novilíngua em *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* (que Orwell completou em 1948, quando estava a morrer de tuberculose), em que o objetivo final do Partido é estreitar o alcance do pensamento eliminando as palavras necessárias para expressar dissidência ou complexidade. Se não se podem formar os termos capazes de expressar a revolta ou a heresia, os próprios pensamentos tornam-se impossíveis. «A Política e a Língua Inglesa» é um poderoso apelo à clareza, precisão e honestidade na linguagem como baluarte contra a manipulação política. Orwell argumenta que a linguagem descuidada permite o pensamento desleixado e perigoso, e que regenerar a linguagem, usá-la de modo claro e verdadeiro, é em si um ato político.

Nos nossos dias, proliferam os mecanismos linguísticos e sociais totalitários. A vigilância já não é exercida apenas pelo Estado. Empresas multinacionais rastreiam

o comportamento dos cidadãos *online*, os seus dados de localização e hábitos de compra, criando perfis detalhados para publicidade direcionada ou outros fins. As redes sociais incentivam a autovigilância, a apresentação curada e enviesada da vida, muitas vezes policiada pelo julgamento implícito dos pares. A monitorização bidirecional do telecrã de *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* encontra ecos nos altifalantes inteligentes, nas *webcams* e na pegada digital que deixamos em cada clique e cada pesquisa que fazemos ou entregamos à inteligência artificial.

A propaganda adapta-se. Flui não apenas de ministérios oficiais, mas através de meios *online* fragmentados, câmaras de eco, *feeds* noticiosos filtrados por algoritmos e a disseminação viral da desinformação. As narrativas históricas são contestadas não apenas por Estados, mas por extensas e agressivas comunidades *online*, construindo passados alternativos que servem agendas presentes. A proliferação de acrónimos e de gíria em campos especializados levanta barreiras à compreensão. A comunicação na Internet favorece a brevidade, proliferam *emojis* e *memes*, por vezes à custa das *nuances* e dos subtextos. O discurso político depende amiúde de chavões repetidos e replicáveis em contextos contraditórios, *soundbites* e expressões carregadas de sentidos parciais concebidos para desencadear respostas emocionais em vez de debates fundamentados. A capacidade de manter visões

contraditórias e paradoxais parece quase um requisito para triunfar nos ambientes modernos de informação. As pessoas consomem notícias ou informações que sabem ser tendenciosas enquanto denunciam o enviesamento noutros contextos. Expressam preocupação com a privacidade enquanto partilham despreocupadamente vastas quantidades de dados pessoais. Reconhecem problemas sistémicos ao mesmo tempo que resistem, enfurecidas, a quaisquer soluções propostas que as possam afetar a nível pessoal. A compartimentação da mente permite a coexistência de ideias incompatíveis num mesmo indivíduo. Será tudo isto também consequência da evolução da linguagem a que Orwell aludiu?

O autor expõe o seu compromisso com o papel da linguagem na evolução política em «Porque Escrevo» (1946). Aqui, Orwell identifica quatro grandes motivos para escrever: puro egoísmo, entusiasmo estético, impulso histórico e propósito político. Embora destacando a importância dos três primeiros, reconhece que na sua obra o último acaba por superar os outros. Define «propósito político» de forma ampla: «Desejo de empurrar o mundo numa determinada direção, de alterar a ideia que as outras pessoas têm do tipo de sociedade que devem almejar.» Desde a Guerra Civil Espanhola, afirma, cada frase séria que escreveu nasceu, direta ou indiretamente, *contra* o totalitarismo e *a favor* do socialismo democrático.

Este ensaio é crucial para compreender Orwell, não como observador destacado, mas como polemista intensamente empenhado que via a escrita como ferramenta, talvez até arma, na luta por um mundo mais civilizado e verdadeiro. O seu objetivo, escreve o autor, era «transformar a escrita política em arte». A sua célebre novela *A Quinta dos Animais* e o seu romance mais aclamado de todos, *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, são os exemplos mais famosos deste propósito, mas é nos ensaios de Orwell que os argumentos em prol desse querer surgem de forma mais explícita, direta e urgente.

O verdadeiro legado do autor reside não apenas em reconhecer a mão opressora da ditadura ou a câmara que nos espia e controla, mas também em sintonizar o ouvido para a corrosão subtil da linguagem, a inversão deliberada do significado, o assalto à memória e à realidade objetiva. Consiste em compreender que os cárceres mais eficazes são muitas vezes compostos não de paredes e barras de ferro, mas de palavras — palavras despojadas de significado, palavras torcidas nos seus opostos, palavras proibidas e eliminadas.

Alguns dos seus ensaios aparentemente mais leves também carregam este peso político. «Livros *vs.* Cigarros» (1946), no qual Orwell apresenta um cálculo peculiar dos custos relativos da leitura em comparação com o tabaco, argumenta implicitamente em prol do valor da vida

intelectual e cultural, mesmo para as pessoas com meios limitados. Contrapõe subtilmente a noção de que os livros são um luxo inacessível, sugerindo que o custo, quando decomposto, é mínimo em comparação com hábitos comuns como fumar ou beber cerveja. Embora reconhecendo o prazer dos luxos baratos, o ensaio defende o valor duradouro, conquanto menos facilmente quantificável, que decorre da leitura. É uma defesa da vida do espírito, por mais modesta que seja, contra preocupações puramente materiais ou sensoriais, argumento que cruza o seu receio de que o totalitarismo procura esmagar o pensamento e a cultura independentes.

A sombra do totalitarismo também subjaz às suas «Notas sobre o Nacionalismo» (1945). Escrito no fim da Segunda Guerra Mundial, este ensaio é uma análise presciente de um modo de pensar perigoso que Orwell via como diferente do simples patriotismo. O nacionalismo, para Orwell, é inseparável do desejo de poder, definido pelo hábito de se identificar com uma única nação ou outra entidade, pondo-a além do bem e do mal, e não reconhecendo outro dever senão o de promover os seus interesses. O pensador nacionalista é obsessivo (cogita constantemente sobre a superioridade ou inferioridade da entidade que defende), instável (transfere facilmente a lealdade) e, de modo crucial, indiferente à realidade. O nacionalista usa os factos de modo seletivo, ignora verdades

inconvenientes e aceita falsidades evidentes desde que sirvam a sua causa. Orwell viu esta mentalidade florescer em todo o espectro político, do nazismo e estalinismo a fanatismos de menor escala como o nacionalismo celta ou o sionismo (enquanto movimentos políticos que exigem uma lealdade inquestionável). O autor avisou que este hábito mental, esta incapacidade de enfrentar verdades desconfortáveis sobre o seu lado da trincheira, era um precursor perigoso da atrocidade política, além de compelir o cidadão comum a ver as mentiras como verdade, tornando-se incapaz de formar uma opinião própria:

A incerteza geral sobre o que de facto está a acontecer leva a que seja mais fácil uma pessoa aferrar-se a crenças disparatadas. Uma vez que nada se consegue provar ou desmentir suficientemente, é possível negar-se sem pudor o mais inequívoco facto.

Encarando o panorama político do século XXI, a análise de Orwell parece perturbadoramente contemporânea. A ascensão de movimentos populistas e de extrema-direita por toda a Europa e pelas Américas dependeu muitas vezes, e em grande medida, de alguns dos mecanismos que Orwell descreveu. O cultivo de uma veemente lealdade intra- e intergrupala, a transformação de minorias

ou imigrantes em bodes expiatórios, o explícito desrespeito pela verdade e por factos facilmente verificáveis (em prol de verdades e factos *alternativos*), o uso de *slogans* com enorme peso emocional mas intelectualmente vazios (o «Make America Great Again» de Trump, o «Take Back Control» dos defensores do Brexit), os ataques ao jornalismo independente ou de prestígio e à academia como «inimigos do povo», tudo isto ecoa os avisos de Orwell em «Notas sobre o Nacionalismo» e «A Política e a Língua Inglesa», tal como, de resto, o mundo distorcido, distópico e paradoxal que lemos em *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*.

Orwell é um dos poucos autores cujo nome se usou para cunhar um termo social e culturalmente relevante e de uso quase universal: «orwelliano». Mas o próprio termo se tornou vítima da decadência linguística identificada pelo autor. Originalmente significando as práticas enganosas, manipuladoras e de forte vigilância dos Estados totalitários, tal como retratadas em *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* (vigilância constante, propaganda, a novilíngua, o duplopensar, o Ministério da Verdade a disseminar mentiras, o Ministério do Amor a torturar inocentes), o adjetivo é agora rotineiramente usado como arma por atores de todos os campos políticos, muitas vezes com fraco entendimento do seu real significado ou das complexas visões políticas de Orwell. Agentes políticos de esquerda

podem rotular projetos de vigilância governamental ou de recolha de dados por multinacionais como orwellianos, enquanto figuras de direita o aplicam a códigos de conduta em *campus* universitários, mandatos de saúde pública ou à parcialidade mediática que vislumbram nos meios jornalísticos.

A ironia é palpável: um termo derivado do nome de um escritor obcecado pela precisão e a honestidade linguística é agora tantas vezes usado enquanto termo vago e pejorativo, aplicado do modo geral para encerrar o debate em vez de o clarificar, muitas vezes por agentes políticos que procuram a ofuscação que Orwell condenou. A presidência de Donald Trump, com os ataques implacáveis à imprensa, a promoção de teorias da conspiração e o frequente desrespeito pela precisão factual tem muitas vezes sido descrita como orwelliana; no entanto, os seus apoiantes usaram por vezes o mesmo termo para criticar os opositores ou os meios de comunicação que lhes são críticos. De igual forma, partidos de extrema-direita na Europa denunciam a supressão «orwelliana» das suas opiniões pelos *media* dominantes enquanto empregam uma retórica nacionalista e táticas de desinformação saídas diretamente do manual de más práticas de Orwell. O termo «orwelliano» tornou-se, ele próprio, orwelliano.

A era digital amplificou exponencialmente tais tendências. Os algoritmos das redes sociais criam câmaras de eco

que reforçam pontos de vista nacionalistas e extremistas, enquanto o volume absoluto de informação dificulta cada vez mais a simples distinção entre verdade e mentira. O potencial tecnológico para a vigilância estatal e empresarial, que no tempo de Orwell mal se podia imaginar, tornou-se uma realidade omnipresente. De livre vontade, transportamos nos nossos bolsos dispositivos de rastreio e alimentamos com vastas quantidades de dados pessoais sistemas controlados por entidades em grande parte não responsabilizáveis. O telecrã e o controlo digital de *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* parecem quase pitorescos em comparação com o presente.

Esta perspetiva sombria talvez seja visível até na apreciação de Orwell pelos prazeres simples e primários. Em «A Vingança É Amarga» (1945), o autor relata a desilusão que sentiu ao ver um prisioneiro das SS capturado após a Segunda Guerra Mundial. Esperando encontrar uma figura monstruosa, não se lhe depara senão «um espécime repugnante», um homem impotente, frágil e diminuído, diminuindo a satisfação antecipada de ver o inimigo humilhado. O ensaio argumenta contra o impulso primitivo de vingança, sugerindo que, em última análise, é insatisfatório e talvez envenene mais a pessoa que se vinga do que a própria vítima. Contudo, neste texto há também um indício do anticlímax da realidade face às narrativas emotivas que construímos para nós. A própria raiva de justiça pode

parecer vã quando confrontada com a realidade mundana do seu objeto.

Regressamos, é inevitável, ao *Bufo bufo*. Em «Alguns Pensamentos sobre o Sapo-Comum» (1946), escrito por entre as ruínas e ansiedades da Grã-Bretanha do pós-guerra, Orwell defende o prazer simples e sensorial de observar a natureza, em particular a emergência do sapo na primavera. O autor contrapõe a visão excessivamente intelectualizada ou politicamente utilitária que descarta tais prazeres como triviais ou burgueses:

As bombas atômicas vão-se acumulando nas fábricas, a polícia ronda pelas cidades, as mentiras jorram dos altifalantes, mas a Terra continua a girar em torno do Sol, e nem os ditadores nem os burocratas, por mais que desaprovem esse processo, são capazes de o impedir.

O reaparecimento do sapo, facto anual e teimoso como as primulas a brotar pela fuligem num destroço ferroviário, oferece uma contranarrativa silenciosa às exigências rígidas da ideologia e às necessidades sombrias da época. A natureza, sugere Orwell, nasce, morre e renasce segundo ritmos indiferentes às crises humanas, oferecendo alívio e conforto, não como fuga, mas como recordação de uma realidade existente longe das construções febris

da vontade política. É uma pequena afirmação terrena, natural e transitória, contra o impulso totalizante. Há valor, insiste o autor, em contemplar o específico, o por menor, o mundo não-humano. Oferece uma ligação a algo tangível e cíclico, um potencial antídoto para as abstrações venenosas da ideologia política e o medo generalizado que o Estado moderno engendra.

É uma fuga? Talvez. Mas talvez seja também uma necessária ligação à terra, um lembrete de uma realidade primordial que a propaganda procura suprimir. Em liberdade, a beleza do mundo será sempre bela; a paz, sempre pacífica; as coisas pequenas, sempre maravilhosas e puras; e seremos perenemente capazes de olhar para baixo e ver o que brota das cinzas. A capacidade de pensar criticamente, de expressar a dissidência, de distinguir a verdade da mentira, mesmo quando tal ato é difícil ou perigoso: eis o espaço onde reside a liberdade, a luta constante contra o silêncio invasor, contra o mundo onde dois mais dois podem ser cinco, onde a ignorância se torna músculo, e onde a linguagem, a ferramenta capaz de libertar, se transforma na mais poderosa máquina opressora.

O sapo perdura. O seu regresso anual é uma breve e persistente verdade num mundo saturado de mentiras. Uma questão que permanece desesperadamente em aberto é a capacidade de a Humanidade conseguir encontrar semelhante resiliência, de conseguirmos atender

aos avisos inscritos na prosa lúcida e muitas vezes brutal de Orwell e resistir ao desvio para realidades fabricadas e para o controlo totalitário. No fim de contas, a liberdade talvez continue a ser a capacidade de afirmar que dois mais dois são quatro.

O futuro que Eric Arthur Blair vislumbrou, um futuro cada vez mais parecido com o nosso presente e com certos passados, depende, como ele escreveu, da nossa capacidade de enfrentar factos desagradáveis — começando, talvez, com o ato simples e inegável de um sapo a emergir do sopor na primavera.

Tudo depende de nós.

*Guilherme Pires*  
*abril de 2025*

Matar Um Elefante  
e Outros Ensaio

## Um Enforcamento



*Publicado originalmente na revista literária The Adelphi, em agosto de 1931*

Aconteceu na Birmânia, numa manhã ensopada na época das chuvas. Uma luz pálida, de tom semelhante ao do papel de alumínio dourado, caía e deslizava sobre os altos muros do pátio da prisão. Aguardávamos do lado de fora das celas dos condenados, uma fileira de casebres com frentes de barras duplas que pareciam pequenas jaulas para animais. Cada cela media cerca de nove metros quadrados e estava despojada de quase tudo, exceto um catre de tábuas e uma bilha com água potável. Em algumas delas, homens de tez castanha, silenciosos, permaneciam acorados junto às barras interiores, envoltos nos seus cobertores. Estes eram os condenados, destinados a morrer na forca em uma ou duas semanas.

Um prisioneiro fora retirado da cela. Era um fiapo de homem, frágil e diminuto, hindu, de cabeça rapada e olhos vagos e lacrimejantes. Exibia um bigode hirsuto e espesso, absurdamente desmedido para o seu físico, como o de uma personagem cómica do cinema. Seis imponentes guardas indianos vigiavam-no e preparavam-no para o patíbulo. Dois deles mantinham-se em sentido, com espingardas e de baionetas armadas, enquanto os outros o algemavam, lhe passavam uma corrente pelas algemas e a fixavam aos seus cintos, e lhe cingiam os braços aos flancos com uma corda. Amontoavam-se em redor dele e agarravam-no, as mãos sempre cuidadosa e gentilmente aferradas ao seu corpo, como se quisessem certificar-se de que o prisioneiro continuava ali. Pareciam pescadores a manusear um peixe vivo que poderia, a qualquer momento, saltar de novo para as águas. Mas o homem não resistia, oferecendo os seus braços murchos às cordas, como se mal se apercebesse do que estava a acontecer.

Bateram as oito horas e ouviu-se um toque de corneta, desoladoramente fraco no ar húmido, vindo das casernas distantes. O superintendente da prisão, que se encontrava longe de nós, com ar pensativo, raspando a gravilha com a bengala, levantou a cabeça assim que ouviu o som. Era um médico militar, de bigode-de-broxa grisalho e voz rouca.

— Por amor de Deus, Francis, despache-se — disse, irritado. — A esta hora o homem já devia estar morto. Isso ainda não está pronto?

Francis, o chefe dos carcereiros, um dravidiano gordo vestido com um fato de linho inglês branco e óculos dourados, acenou com a sua mão negra.

— Ssim, ssenhor. Ssim, ssenhor — balbuciou. — Está tudo devidamente preparado. O carrasco aguarda. Vamoss prosseguir.

— Então despache-se. Os prisioneiros não podem tomar o pequeno-almoço enquanto não terminarmos isto.

Dirigimo-nos para o cadafalso. Dois guardas marchavam a cada flanco do prisioneiro, com espingardas ao ombro, e dois outros seguiam encostados a ele, agarrando-o pelos braços e pelos ombros, como se o empurrassem e o segurassem em simultâneo. Nós, os restantes, magistrados e outros que tais, seguíamos atrás deles. De repente, depois de percorrermos uns dez metros, o cortejo parou sem qualquer ordem ou aviso. Acontecera uma coisa horrível: um cão, vindo sabe-se lá de onde, apareceu de súbito no pátio. Aproximou-se de nós aos saltos e com latidos ruidosos, retorcendo o corpo por inteiro, estovado de felicidade por encontrar tantos humanos juntos. Era um cão grande e peludo, meio *airedale terrier*, meio pária indiano. Por uns momentos, fez umas cabriolas enquanto corria à nossa volta, e depois, antes que alguém

pudesse intervir, investiu e saltou sobre o prisioneiro, tentando lambê-lo a cara. Ficámos tão estupefactos que ninguém foi capaz de o impedir.

— Quem deixou entrar aqui este maldito animal?  
— disse o superintendente, furioso. — Que alguém o agarre!

Um dos guardas, que não pertencia à escolta, correu desajeitadamente atrás do cão, mas este pulou e fez umas fintas e fugiu-lhe, como se se tratasse de um jogo. Um jovem carcereiro euro-asiático agarrou num punhado de gravilha e tentou afugentar o animal, atirando-lhe as pedras, mas o cão esquivou-se e voltou para onde estávamos. Os ganidos ecoavam contra os muros da prisão. O prisioneiro, agarrado pelos dois guardas, observava a cena sem a menor curiosidade, como se tratasse de mais uma das formalidades da execução. Passaram vários minutos até que alguém conseguisse apanhar o cão. Atámos o meu lenço à coleira e prosseguimos o cortejo, com o cão a ganir e a tentar soltar-se.

Estávamos a uns quarenta metros do cadafalso. Vi as costas castanhas e despidas do prisioneiro a marchar à minha frente. Caminhava com dificuldade, com os braços amarrados, mas de passo firme, com o típico andar oscilante dos indianos, sem nunca esticar os joelhos. A cada passo, via-se o movimento natural dos músculos, uma madeixa de cabelo no escalpe balançava para cima e para baixo, os pés

deixavam pegadas no cascalho húmido. De repente, apesar dos homens que lhe agarravam os ombros, deu um passo ligeiramente para o lado, de modo a evitar uma poça.

É curioso, mas até àquele momento nunca me tinha apercebido do que significa destruir um homem saudável e consciente. Quando vi o prisioneiro dar um passo para o lado e evitar a poça, apercebi-me do mistério, do erro terrível que é interromper uma vida na sua plenitude. Este homem não estava a morrer, estava tão vivo como qualquer um de nós. Todos os órgãos do seu corpo funcionavam — os intestinos digeriam os alimentos, a pele renovava-se constantemente, as unhas cresciam, os tecidos continuavam a formar-se —, tudo prosseguia o seu funcionamento de um modo solene e estúpido.

As suas unhas continuariam a crescer quando se detivesse sobre a plataforma e quando caísse no vazio com apenas um décimo de segundo de vida pela frente. Os seus olhos viam o cascalho amarelo e as paredes cinzentas, e o seu cérebro recordava, antecipava, raciocinava — raciocinava até acerca de poças. Ele e nós éramos um grupo de homens a caminhar juntos, que viam, ouviam, sentiam e compreendiam o mesmo mundo; e dois minutos mais tarde, com um estridor súbito, um de nós desapareceria — uma mente a menos, um mundo a menos.

A força erguia-se num pequeno pátio separado dos terrenos principais da prisão e coberto de erva alta e espinhosa.

Era uma construção de tijolo que parecia um barracão de três paredes, com uma plataforma de madeira no topo e, por cima, duas vigas e uma barra transversal de onde pendia a corda. O carrasco, um presidiário grisalho e vestido com o uniforme branco da prisão, aguardava ao lado da sua máquina. Cumprimentou-nos com uma vénia servil assim que entrámos. Quando Francis deu a ordem, os dois guardas, que seguravam o prisioneiro com mais força do que nunca, empurraram-no para a forca e ajudaram-no desajeitadamente a subir a escada. Depois subiu o carrasco, que se aproximou do condenado e lhe pôs a corda à volta do pescoço.

Esperámos, a cinco metros de distância. Os guardas tinham formado um círculo tosco em redor do cadafalso. Após terem dado o nó corredio, o prisioneiro começou a gritar ao seu deus. Era um grito agudo e repetido, «Rama! Rama! Rama! Rama!»<sup>1</sup>, não com a urgência ou o medo de uma oração ou de um pedido de ajuda, mas de forma contínua e ritmada, como o dobrar de um sino. O cão respondia àquele som com uivos. O carrasco, ainda na plataforma, ergueu uma pequena saca de algodão, semelhante às sacas de farinha, e pô-la sobre a cabeça do condenado, tapando-lhe o rosto. Embora abafado pelo tecido, o grito persistia, uma e outra vez: «Rama! Rama! Rama! Rama! Rama!»

O carrasco desceu da plataforma, pronto para avançar, com a mão na alavanca. Os gritos do prisioneiro,

contínuos e abafados, prosseguiam, «Rama! Rama! Rama!», sem vacilar por um instante que fosse. O superintendente, de cabeça baixa, encostada ao peito, continuava a remexer lentamente o cascalho com a bengala; talvez contasse os gritos, permitindo que o prisioneiro os proferisse um certo número de vezes — cinquenta, talvez, ou cem. Todos nós, os que assistíamos, tínhamos mudado de cor. Os indianos haviam ficado cinzentos, num tom de café estragado, e um ou dois dos guardas com baionetas começavam a vacilar. Olhámos para o homem amarrado e encapuzado na plataforma e ouvimos os seus gritos — cada um garantindo-lhe mais um segundo de vida; todos pensávamos o mesmo: Matem-no de uma vez por todas, ponham fim a este ruído abominável!

De súbito, o superintendente decidiu-se. Ergueu a cabeça e fez um movimento rápido com a bengala.

— *Chalo!* — exclamou, quase ferozmente.

Ouviu-se um estalo metálico e, depois, um silêncio de morte. O prisioneiro tinha perecido, e a corda girava sobre si mesma. Soltei o cão, e ele correu sem demora para a parte de trás da força; mas quando lá chegou, parou de súbito, ladrou e retirou-se para um canto do pátio, onde se escondeu entre as ervas daninhas, olhando nervosamente para nós. Demos a volta à força para inspecionar o corpo do prisioneiro. Balançava-se com os dedos dos pés apontados para o chão, inerte como uma pedra.

«Tudo o que sabemos sugere  
que as súbitas mudanças emocionais  
que o totalitarismo exige aos seus seguidores  
são psicologicamente impossíveis.»

A denúncia dos abusivos mecanismos de controlo do poder político e da instrumentalização dos factos e da clareza linguística ao serviço de regimes imperialistas ou totalitários permeia a obra de George Orwell. Porque todos os assuntos são assuntos políticos, o escritor britânico parte de pretextos tão díspares quanto um enforcamento ou a natureza do sapo-comum para apontar os perigos da erosão de uma realidade observável e comum, o último reduto contra a humilhação e a desumanização.

Publicados entre 1931 e 1946 – e, no entanto, atualíssimos –, os textos aqui reunidos radicam numa preocupação central: a absoluta importância da verdade objetiva como condição da liberdade e a preservação de uma linguagem, clara e rigorosa, que permita narrá-la sem concessões.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Tradução e introdução  
de Guilherme Pires



Índia: «Karnata Ragini».  
De um álbum ou muraqqa,  
compilado no Decão  
no final do século XIX

© Pictures from History/  
Bridgeman Images/Fotobanco.pt



[penguinlivros.pt](http://penguinlivros.pt)



[penguinlivros](#)



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

ISBN: 978-989-583-567-6



9 789895 835676